Jurisprudência Comentada

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO CIVIL, A REQUERIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – TORCIDA “MANCHA VERDE”*

Comentários de

NELCINA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA TROPARDI
ao acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo
na apelação cível 27.381-4/0

Dissolução de Associação – Torcedores que integram a chamada Mancha Verde – Sentença de procedência – Violência e atos agressivos não negados pela ré – Elementos de prova que autorizam a conclusão de que a requerida, pela sua diretoria, contribuiu para tal violência, desviando-se de suas finalidades estatutárias – Recurso improvido (TJSP, 10ª Câmara de Direito Privado, ap. 27.381-4/0–São Paulo, rel. Des. Ruy Camilo, j. 17.3.98, v.u.).

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação cível 27.381-4/0, da Comarca de São Paulo, em que é apelante ..., sendo apelado Ministério Público:

Acordam, em 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por votação unânime, negar provimento ao recurso, de conformidade

* Trabalho apresentado ao Curso de Pós-Graduação da FADUSP, 2ª semestre de 1998, na Disciplina Interesses Públicos e Privados na Extinção das Sociedades Mercantis em Direito Comparado II, ministrada pelo Prof. Mauro Rodrigues Pentecado.

com o relatório e voto do Relator, que ficam fazendo parte do acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores Marcondes Machado (Presidente) e G. Pinheiro Franco.

São Paulo, 17 de março de 1998. Ruy Camilo, Relator.

VOTO

A r. sentença de fls. 931, relatório adotado, julgou procedente ação de dissolução de sociedade civil ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face do ..., para o fim de decretar a dissolução da associação requerida, com o conseqüente cancelamento do registro de seus atos constitutivos e respectivas alterações no cartório competente, subsistente a liminar concedida, relegando para execução a liquidação de seu patrimônio.

Outrossim, condenou a ré ao pagamento das custas processuais, isenta da verba honorária, por ser a ação patrocinada pelo MP.

Apelou a vencida onde, a par de reiterar matéria preliminar já suscitada nas ra-

zões de defesa, colima a inversão do resultado. Sustenta seu inconformismo na alegação de que a r. sentença cometeu crasso equívoco, confundindo a atuação de alguns associados da ora apelante com sua finalidade. Aduziu que a r. sentença recorrida estribou-se em fatos individuais para estabelecer um eventual desvirtuamento dos objetivos estatutários da ora apelante. Acrescentou que nos autos inexistem provas de atos ilícitos cometidos pela apelante ou por qualquer de seus diretores no exercício de suas funções institucionais, reportando-se aos fundamentos da decisão de primeiro grau, relacionados a fatos similares atribuídos à torcida organizada denominada ..., que pretende façam parte integrante do recurso.

Recurso respondido, opinando a Doutra Procuradoria-Geral da Justiça, em parecer da lavra do Dr. Carlos Renato de Oliveira, pelo improvemento.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre observar que a matéria suscitada à guisa de preliminar já foi enfrentada por esta Câmara no julgamento do agravo de instrumento 5.998.4/4, e não se tendo notícia de eventual interposição de recurso especial, constituiu matéria superada, coberta pela preclusão. Ali ficou assentado, entre outros fundamentos, que “na inicial, o autor da ação ainda que aludindo a dispositivos constitucionais e à Lei 7.347/85, também invocou o disposto no art. 670 do Código de Processo Civil revogado, que ainda está em vigor, por força do disposto no art. 1.218 do atual diploma processual. Reza o mencionado artigo: ‘a sociedade civil com personalidade jurídica que promover atividade ilícita ou imoral, será dissolvida por ação direta do povo ou do órgão do Ministério Público’. Ora, na inicial, não obstante alguns equívocos conceituais no que diz respeito à fundamentação jurídica da pretensão inicial, alude-se a uma série de fatos que teriam conduzido à difusão da violência dentro e fora dos estádios, o que na ótica do agravado,

implica nítido descompasso entre a previsão estatutária e a prática cotidiana da ora agravante, o que estaria a autorizar a pretendida dissolução da sociedade recorrente, por realizar atividades incompatíveis com os seus objetivos sociais, visando à medida judicial, à tutela da segurança da sociedade, em razão da atividade desenvolvida pelas chamadas torcidas organizadas. Assim, sob tal enfoque, tem-se que está o Ministério Público legitimado para a presente ação, que se qualifica com ação civil pública, unicamente porque o MP atua como parte”.

Superada tal questão, o recurso não comporta provimento, merecendo subsistir a bem lançada sentença recorrida por seus próprios e jurídicos fundamentos que, aliás, muito honram sua ilustre prolatora.

Com efeito, como bem salientado na r. sentença recorrida, a violência dos fatos apurados no inquérito civil é fato de pleno conhecimento, de molde que o que importa para o deslinde da causa é verificar se a requerida contribuiu para tal violência, desviando-se, assim, de suas finalidades estatutárias.

Nesse passo, ao contrário do afirmado pela ora apelante, que vislumbrou na série de ocorrências que os autos do inquérito civil em apenso evidenciam, apenas ações isoladas de alguns integrantes de seu quadro associativo, emerge do conjunto probatório a participação efetiva da diretoria da entidade apelante, quer pela coordenação das ações da torcida organizada, quer pelo espírito que procuravam incutir na massa de associados, quer pela ação efetiva de dirigentes, em particular do seu presidente, em episódios lamentáveis como o da agressão a funcionários do Metrô de São Paulo, e também no lamentável episódio, na manhã do dia 20 de agosto de 1995, na final de torneio de juniores. As fotos de fls. 903 e ss. são elucidativas e mostram o presidente da entidade armado com um bastão, participando ativamente da briga generalizada, seguido logo atrás pelo vice-presi-

dente ..., tudo a demonstrar, como bem ressaltou o MP em suas contra-razões ao recurso, que a cúpula diretiva da associação ré não era apenas conivente, mas estimulava e participava ativamente de atos de violência desmedida, quando o normal seria o de entrar em campo para apaziguar os ânimos e socorrer eventualmente os feridos.

Nesse passo, aliás, de suma valia o depoimento do Major ..., da Polícia Militar do Estado, que além de ter atuado no policiamento de estádios de futebol, é estudioso da matéria que envolve a atuação das chamadas torcidas organizadas, que qualifica a ... como *gang urbana*; relata ele vários confrontos com a participação da ... e na qual tentou, sem sucesso, retirar o presidente da entidade da confusão, recebendo como resposta a seguinte frase: "hoje nós vamos dar porrada".

Também significativo o fato relacionado à agressão sofrida por dois ingênuos torcedores do São Paulo que foram adquirir ingressos na subsele da torcida em Santo André; foi apurado que um deles vestia uma camisa de seu clube de preferência, por baixo do agasalho que trajava; foram submetidos a uma série de violências, inclusive de natureza sexual, por parte dos membros da ré, chamados nas proximidades, o que indica que a violência e a agressividade são institucionalizadas no âmbito daquela associação.

Não se pode, outrossim, deixar sem registro que num levantamento de antecedentes criminais apurou-se que cerca de 1/3 do quadro de associados da entidade ré registra passagens por distritos policiais como autores de roubo, furto, e tráfico de entorpecentes, sendo assim lícito presumir que parcela expressiva de procedimentos violentos e agressivos pode ser atribuída a essa marginalidade que se infiltrou nas chamadas torcidas organizadas, sem exceção. Nesse passo, o próprio presidente da entidade ré ..., não é exceção à regra. Além de condenação criminal por agressão a funcionário do Metrô de São Paulo, teve partici-

pação efetiva no episódio do Pacaembu, do qual, ao que parece, resultou seu indiciamento em inquérito policial.

Tal perfil de associados não podia ser ignorado pela direção da entidade que, ao que consta dos autos, jamais cuidou de selecionar seus integrantes. Ao contrário, os gritos de guerra que os autos noticiam, mostram que a ordem era estimular tal agressividade inerente ao grupo, colhendo-se da prova testemunhal que os interessados em se associar eram submetidos a uma espécie de trote, sendo espancados, só sendo integrados ao grupo aqueles que resistiam bem a tal espancamento.

Não se pode ignorar também que em tais episódios a Polícia Militar, inúmeras vezes, apreendeu bombas de grande potencial ofensivo, armas de todo o tipo que autorizam a ilação de que tais ocorrências estavam a indicar não ações isoladas, mas procedimentos coordenados como se cuidasse de procedimentos estratégicos.

Assim, a sentença bem resiste às críticas que lhe foram endereçadas, merecendo subsistir por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Daí o improvemento do recurso. Ruy Camilo, Relator.

Comentários de Nelcina Conceição de Oliveira Tropardi

I – Considerações preliminares

O presente trabalho tem por finalidade tecer breves comentários acerca de alguns aspectos extraídos do acórdão proferido pela 10ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos autos da apelação cível 27.381-4/0 interposta nos autos de ação civil pública, cujo pedido cinge-se à dissolução de associação civil, requerida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, por haver desvio de suas finalidades estatutárias.

Também pretende-se tecer alguns comentários ao acórdão proferido nos autos

do agravo de instrumento 5.998-4/4, interposto nos autos da ação civil pública retro mencionada, que discutiu a legitimidade do Ministério Público para propor ação de dissolução de sociedade.

A matéria ganhou relevância nos últimos anos dada a atuação do Ministério Público, cujas funções estão previstas na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, o art. 129 da Carta Magna estabelece as funções institucionais do *Parquet*, sendo que, tendo em vista o escopo do presente trabalho, merece destaque o inc. III do mencionado artigo que prevê, dentre as referidas funções institucionais, a de “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”.

A Lei 8.625, de 12.2.93, que instituiu a Lei Orgânica do Ministério Público, dispondo sobre as normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados, ampliou o leque das funções do *Parquet*, incluindo, ao lado dos “interesses difusos e coletivos” os “individuais indisponíveis e homogêneos”. É o que se lê no art. 25, inc. IV, alínea *a*, do citado diploma legal, a saber: “(...) incumbe, ainda, ao Ministério Público: (...) IV – promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei: a) para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos; (...)” (grifos nossos).

Conclui-se, portanto, que é perfeitamente possível que o Ministério Público, uma vez que se verifiquem danos provocados ao “meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, turístico e paisagístico”, bem como o desrespeito a algum interesse difuso, coletivo ou individual indisponível e homogêneo, ingresse com uma ação civil pública, pleiteando a dissolução de sociedades, pouco

importando se se trata de sociedade civil, associação civil ou sociedade mercantil.

Ora, tal conclusão deve ser pormenorizadamente analisada, posto que a dissolução de uma sociedade é medida por demais drástica, cuja aplicação deve ser muito bem ponderada antes de ser efetivada, visto que suas conseqüências podem atingir grande parcela do meio econômico e social em que se insere uma sociedade, seja ela de qual espécie for.

Modernamente, pode-se dizer que essa preocupação está consubstanciada no chamado “princípio da conservação da empresa”, bastante invocado no Direito Falimentar, na medida em que preconiza que o instituto da falência não mais deve preocupar-se em apenas disciplinar a correta liquidação de uma empresa, mas deve também canalizar esforços no sentido de viabilizar a permanência da mesma.

Dessa forma, tendo em vista este breve intróito, a proposta do presente trabalho, partindo da análise do acórdão proferido pela 10ª Câmara de Direito Privado do TJSP, ou seja, partindo da análise de uma decisão que determinou a dissolução de uma associação civil, por iniciativa do MP, é justamente tecer algumas considerações sobre até que ponto é razoável, tendo em vista os diversos interesses envolvidos em demandas deste tipo, pleitear-se a dissolução de uma sociedade, sobretudo quando se pode adotar outras medidas, destinadas a solucionar os desvios eventualmente verificados. O que se quer dizer com isso é que a dissolução de uma sociedade é a última medida a que se deve recorrer.

Antes de mais nada, cumpre ressaltar que o meio ambiente, os direitos dos consumidores, enfim, todos os valores consubstanciados na retro mencionada alínea *a*, devem e precisam ser protegidos. Mas até que ponto a proteção destes valores justifica a dissolução de um sociedade?

Assim sendo, em primeiro lugar, pretendemos discorrer sobre as figuras da as-

sociação e da sociedade civis, bem como traçar um paralelo em relação às sociedades mercantis ou comerciais. Em seguida, iremos traçar algumas considerações sobre a dissolução das sociedades, com especial atenção às sociedades e associações civis, especialmente tendo em vista o disposto no art. 670 do antigo Código de Processo Civil, em vigor por força do disposto no art. 1.280 do atual Código de Processo Civil. Por fim, analisaremos a legitimidade do MP para propositura deste tipo de ação judicial, no tocante às sociedades mercantis, especialmente tendo em vista os conceitos de direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos.

II — Da distinção entre sociedades e associações civis

O Código Civil brasileiro, em sua Parte Geral, no Livro I, traz vários artigos acerca das pessoas jurídicas, o que é reflexo da importância que o fenômeno societário alcançou já no século passado. Clóvis Beviláqua,¹ analisando o conceito de pessoa jurídica, afirma que foi assentado na doutrina “o principio de que devem ser considerados como pessoas jurídicas *todos os agrupamentos de homens, que, reunidos para um fim cuja realização procuram, mostram ter vida própria, distinta da dos indivíduos que os compõem, e necessitando, para a segurança dessa vida, de uma proteção particular do direito*”.

Daí a situação legislativa atual, em que temos vários tipos societários disciplinados, quer na legislação comercial, quer na legislação civil. O Código Civil de 1916 prevê que “as pessoas jurídicas são de direito público, interno, ou externo, e de direito privado” (art. 13, Código Civil).

Dentre as pessoas jurídicas de direito privado temos, de um lado, as associações,

isto é, os agrupamentos de indivíduos sem finalidade lucrativa, como os clubes esportivos, os centros culturais etc., as sociedades civis, isto é, os agrupamentos individuais em que há uma finalidade lucrativa, e, de outro lado, as sociedades mercantis, cuja finalidade é a obtenção de lucros, mediante a prática de atos de comércio.

Todavia, cumpre salientar que não existe em nosso ordenamento jurídico uma nítida diferenciação entre sociedade e associação civil, uma vez que o art. 16, I, do CC, as trata de forma genérica, sem estabelecer as peculiaridades de cada uma. Dessa forma, em virtude dessa lacuna do texto legal, grande parte da doutrina e da jurisprudência não se preocupou em conceituá-las, daí a ausência da nítida diferenciação, a estabelecer os limites entre tais formas societárias.

O prof. Caio Mário da Silva Pereira² chega a afirmar que “em pura doutrina há distinção nas designações *sociedade e associação*, que servem para denominar, de um lado, as pessoas jurídicas formadas por um grupo reduzido de pessoas, visando a uma finalidade econômica (*sociedades*), e, de outro lado (*associações*), as constituídas de um número mais avantajado de indivíduos, tendo em vista fins morais, pios, literários, artísticos, em suma, objetivos não econômicos, ou ideais. O Código Civil, porém, deixou de se ater à distinção, e, se mais adequado é utilizar-se a designação *associações* para as pessoas jurídicas de fins não-econômicos, nenhuma obrigatoriedade existe nesse sentido, admitidas as expressões como sinônimas”.

Prossegue mais adiante o mesmo autor, ressaltando que não se deve confundir o fim não econômico da associação com a natureza patrimonial da entidade, posto que o CC, em seu art. 22, disciplina o destino de seus bens em caso de dissolução.

1. In *Theoria Geral do Direito Civil*, 6ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1953, p. 158.

2. In *Instituições de Direito Civil*, v. I, 5ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1976, p. 293.

De qualquer forma, conforme já dito linhas acima, o atual Código Civil brasileiro optou por não estabelecer os conceitos de sociedade e associação civil, o que resultou na incerteza doutrinária acerca do tema. Outra foi a solução encontrada pelo Direito alemão, que define a associação de fins ideais “mediante recurso a um critério puramente negativo: associação ideal é aquela que se não propõe qualquer exploração de caráter econômico”.³

A mesma doutrina brasileira que não se preocupou em delimitar os conceitos de sociedade e associação civil, no entanto, traz alguns critérios diferenciadores, na tentativa de delinear as fronteiras entre sociedade e associação. A profa. Maria Helena Diniz⁴ afirma que os critérios determinantes dessa diferenciação são, de um lado, o da “finalidade de divisão do lucro decorrente do exercício em comum de uma atividade” e, de outro lado, “o da troca de membros”.

Assim sendo, segundo o primeiro critério proposto, temos que na associação não há um fim lucrativo ou intenção de dividir o lucro auferido da atividade desenvolvida em conjunto, muito embora exista um patrimônio, formado a partir da contribuição de seus membros, de doações, que é utilizado para obtenção de objetivos culturais, beneficentes, religiosos, esportivos etc. A natureza da associação não será desvirtuada se houver a realização de atos negociais para manter ou aumentar o patrimônio, desde que não sejam proporcionados lucros aos associados.

Já na sociedade civil, o lucro obtido a partir do exercício de certas profissões ou pela prestação de serviços técnicos será repartido entre os sócios. Ainda que a sociedade civil pratique, ocasionalmente, certos

atos de comércio, sua natureza civil não será descaracterizada, posto que a sua atividade principal é o elemento que importa na identificação da natureza de uma sociedade.

Com relação ao critério da troca de membros, há que se ressaltar que na associação pode-se ter a troca permanente de seus membros, sem que isso afete a sua estrutura. Já na sociedade civil isto não ocorre, posto que nesta tem grande relevância a *affectio societatis*, que “é o elemento psicológico considerado decisivo para a caracterização do contrato, elemento que possibilita distingui-lo de figuras afins, como a parceria, a edição, certos contratos de trabalho e, de modo geral, os *negócios parciais*, nos quais, conforme noção pacífica, promete alguém determinadas prestações em troca de participação nos que outrem venha a obter. Não é fácil fixar em fórmula precisa e clara o elemento subjetivo do contrato de sociedade. Não basta defini-lo com o propósito de cooperar. É mais alguma coisa, ‘o sentimento de que o trabalho de um, dentro da sociedade, revertirá em proveito de todos’”.⁵

Observa-se, portanto, que a *affectio societatis* é requisito fundamental num contrato de sociedade, de tal sorte que quase todos eles disciplinam, rigorosamente, o mecanismo de substituição dos sócios, sendo que a saída de um sócio poderá, em determinadas situações, ensejar a dissolução parcial da sociedade ou sua continuação sob outra forma. O mesmo não ocorre nas associações, uma vez que faz parte da essência das mesmas o número ilimitado de membros.

Assim sendo, os critérios acima descritos, de construção doutrinária, não tendo sido extraídos do corpo da lei, podem ser utilizados para diferenciação das sociedades e associações civis, sendo, contudo, na prática, bastante comuns as confusões

3. Cf. Caio Mário da Silva Pereira, ob. cit., p. 294.

4. In *Sociedade e Associação. Contratos Inominados Doutrina e Jurisprudência*, coord. Yussef Said Cahali, São Paulo, Saraiva, 1995, pp. 364 e 365.

5. Orlando Gomes, *Contratos*, 12ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1993, p. 444.

existentes entre estes dois contratos, sendo que os termos são, muitas vezes, utilizados como sinônimos.

Com base nos critérios acima traçados, pode-se concluir que o acórdão objeto da presente análise trata da dissolução de uma associação civil, que tem, entre seus objetivos estatutários, o de arremeter, aglutinar e organizar aficionados da Sociedade Esportiva Palmeiras, tendo se qualificado como entidade cultural e benemerente, sem fins lucrativos. Em outras palavras, significa dizer que a referida associação, muito embora tenha um patrimônio, não tem, dentre suas finalidades estatutárias, a de obtenção de lucros, nem tampouco são proporcionados ganhos aos seus associados.

No tocante à sociedades mercantis, estas se caracterizam por terem finalidade lucrativa. No entanto, esta finalidade lucrativa, diferentemente do que ocorre com as sociedades civis, é desenvolvida mediante a prática de atos de comércio, conforme preceitua o art. 19 do Código Comercial, estando sujeita à falência. A prática de atos de comércio é, portanto, o que diferencia a sociedade mercantil da comercial.

A sociedade civil poderá, segundo o art. 1.364, 1ª parte, do CC, revestir qualquer forma estabelecida nas leis comerciais, hipótese em que se regerá pelos preceitos mercantis. Não poderá, contudo, revestir a forma de sociedade anônima, segundo o disposto na Lei 6.404/76, art. 2º, § 1º, pois qualquer que seja o seu objeto, a sociedade anônima será sempre mercantil e reger-se-á pelas leis e usos do comércio. Se não assumir nenhuma daquelas formas mercantis, a sociedade civil será regida pelas disposições do CC (art. 1.365).

Por fim, é preciso mencionar que o Projeto de Código Civil 634-B, de 1975, alterou completamente a sistemática atinente às sociedades, não mais cuidando do chamado contrato de sociedade, conforme faz o atual CC. Assim sendo, o Projeto de

1975 traz, em livro próprio, denominado "Do Direito de Empresa", as normas relativas às sociedades.

Após traçar disposições gerais, divide as sociedades em "não personificadas" e "personificadas". Como espécies de sociedades "não personificadas", temos a "sociedade comum" (arts. 989 a 993) e a "sociedade em conta de participação" (arts. 994 a 999). Como sociedades "personificadas" temos a "sociedade simples" (arts. 1.000 a 1.041), a "sociedade em nome coletivo" (arts. 1.042 a 1.047), a "sociedade em comandita simples" (arts. 1.048 a 1.054), a "sociedade limitada" (arts. 1.055 a 1.087), a "sociedade anônima" (arts. 1.088 e 1.089), a "sociedade em comandita por ações" (arts. 1.090 a 1.092) e a "sociedade cooperativa" (arts. 1.093 a 1.096).

A atual sociedade civil é, no Projeto de 1975, a chamada "sociedade simples", extensamente regulada, havendo previsão de toda a estrutura e funcionamento desse tipo societário. A redação do art. 1.001 do Projeto é que nos permite concluir que se trata da atual sociedade civil, na medida em que estabelece que "nos quinze dias subsequentes à sua constituição, deve a sociedade requerer a inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede (art. 1.150)".

Como se vê, o projeto realizou a unificação do Direito Privado, regulando, assim, sociedades civis e comerciais sob a mesma base legal, destacando, apenas, em razão das peculiaridades dos tipos societários, os pontos característicos de cada um deles. Preocupou-se em estabelecer disciplina própria à sociedade de fato ("sociedade comum"), prescrevendo, depois, um sistema de regras básicas para as diferentes formas societárias, civil e comerciais.

O Projeto, na verdade, em relação à matéria, faz outra distinção, entre sociedades empresariais e simples, presente no art. 985, que prescreve que "salvo as exceções expressas, considera-se empresária a socie-

dade que tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro (art. 970); e, simples, as demais". Prossegue a distinção no parágrafo único, afirmando que "independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a cooperativa".

Com relação às sociedades empresárias, o Projeto admite que as mesmas possam revestir uma das formas reguladas nos arts. 1.042 a 1.092. Quanto à sociedade simples ou sociedade civil, esta poderá constituir-se de conformidade com um dos referidos tipos; se não o fizer, subordinar-se às normas gerais próprias.

Com relação às associações civis, estas estão, no Projeto de 1975, previstas na Parte Geral, Livro I, no Título II, denominado "Das Pessoas Jurídicas". O art. 44 estabelece que "são pessoas jurídicas de direito privado: I - As associações. II - As sociedades. III - As fundações". Mais adiante, nos arts. 53 a 61, traz a disciplina legal das associações.

Neste aspecto, há uma grande diferença em relação ao atual CC, posto que o Projeto de 1975 preocupou-se em definir as associações. Dessa forma, o art. 53 assim define as associações: "constituem-se associações pela união de pessoas que se organizem *para fins não econômicos*" (grifos nossos).

Dessa forma, o conceito agora vem de dispositivo legal, sendo que o elemento caracterizador da associação civil, qual seja, a finalidade não econômica, está expresso no Projeto de 1975, desaparecendo aquela ausência de delimitação conceitual. Note-se que o Projeto fala em fins não econômicos, não aludindo aos intuítos lucrativos, também invocados na definição de uma associação civil.

Nesse sentido, pode-se afirmar que se trata de uma imprecisão terminológica, posto que o conceito de associação expresso no Projeto de 1975 deveria, necessariamente, fazer menção aos intuítos lucrati-

vos, visto que se trata de aspecto comumente salientado pela doutrina brasileira. A associação pode até ter um fim econômico; não poderá, contudo, proporcionar lucros aos seus associados (intuito lucrativo).

A profa. Maria Helena Diniz, ao definir a associação, assevera que "associação (*Verein*) é um contrato pelo qual certo número de pessoas, ao se congregarem, coloca, em comum, serviços, atividades, conhecimentos, em prol de um mesmo ideal, objetivando a consecução de determinado fim não-econômico (*Idealverein*) ou econômico (*wirtschaftliche Verein*), com ou sem capital, e sem *intuítos lucrativos*"⁶ (grifos nossos).

De qualquer forma, acreditamos que o Projeto de 1975 representou um grande avanço, uma vez que, além de regular pormenorizadamente os vários tipos societários, define e diferencia as sociedades e associações civis, de tal sorte que, se convertido em lei, haverá um embasamento legal para a delimitação das fronteiras existentes entre tais figuras jurídicas.

III - Das hipóteses de dissolução das sociedades e associações civis

Na sistemática atual do CC, no tocante às sociedades civis, em não havendo disposição contratual, específica, tem-se que a dissolução da mesma será regida pela lei referente ao tipo societário escolhido para revestir a sociedade civil. Isso porque o art. 1.364 estabelece que "quando as sociedades civis revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, entre as quais se inclui a das sociedades anônimas, obedecerão aos respectivos preceitos, no em que não contrariem os deste Código; mas serão inscritas no Registro Civil, e será civil o seu foro".⁷

6. Ob. cit., p. 360.

7. Cf. Mauro Rodrigues Pentecado, *Dissolução e Liquidação de Sociedades*, Brasília, Livraria e Editora Brasília Jurídica, 1995, p. 94.

Com relação à dissolução da sociedade, esta depende de várias causas, podendo, em linhas gerais, dar-se automaticamente, ou mediante ato declaratório, judicial ou administrativo, conforme a situação. As várias causas de dissolução de uma sociedade estão previstas nos incisos do art. 1.399 do CC, podendo serem agrupadas em quatro segmentos.⁸

Assim sendo, temos a dissolução provocada pelo advento de hipótese prevista no contrato social, denominada dissolução de “pleno direito”, verificada “pelo implemento da condição, a que foi subordinada a sua durabilidade, ou pelo vencimento do prazo estabelecido no contrato” (art. 1.399, inc. I), ou pela consecução do fim social (art. 1.399, inc. III, 1ª parte).

Temos também a dissolução *ex rebus*, verificada quando ocorre a extinção do capital social ou pelo desfalque do mesmo (art. 1.399, inc. II) e pela inexistência do fim social (art. 1.399, inc. III, 2ª parte). Fala-se, igualmente, na “dissolução *ex personis e ex voluntate*”, que compreende a falência, incapacidade e morte de um dos sócios (art. 1.399, inc. IV), a renúncia (art. 1.399, inc. V) e o distrato (art. 1.399, inc. VI).⁹

Por fim, há que se falar na dissolução provocada por razões de ordem pública, verificadas quando ocorre a cassação de autorização para funcionar (art. 21, inc. III), pela prática de atos contrários aos seus fins sociais, hipótese em que cabe o pedido de dissolução judicial formulado pelo MP (art. 21, inc. III c/c Decreto-lei 9.085, de 1946, e art. 6º do Decreto-lei 8, de 1966) e pelo exercício de atividade ilícita, exatamente a hipótese verificada no acórdão ora em comento.

Vale ressaltar, ainda, que as causas de dissolução previstas nos incs. II, IV e V do

art. 1.399, do CC, não se aplicam às sociedades de fins não econômicos, segundo preceitua o parágrafo único daquele artigo.

IV – Da dissolução de sociedades por iniciativa do MP

No tocante às sociedades e associações civis, o Decreto-lei 9.085, de 1946, com a redação dada pelo Decreto-lei 8, de 1966, “prevê a suspensão de suas atividades pelo Governo Federal, quando o objeto social ou circunstância relevante indiquem destino, ou atividade ilícita, contrária, nociva ou perigosa ao bem público, à segurança do Estado e da coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes; nesse caso, compete aos representantes judiciais da União requerer a dissolução da sociedade, com base no art. 674 do Código de Processo Civil de 1939, ainda em vigor”.¹⁰

Como se disse linhas acima, é essa a hipótese de dissolução invocada pelos eméritos julgadores nos autos que determinaram a extinção da Mancha Verde, visto que esta estava praticando uma atividade ilícita, nociva ao bem comum e em desacordo com suas finalidades sociais. O relator, Des. Ruy Camilo, em seu voto, afirma que “com efeito, como bem salientado na r. sentença recorrida, a violência dos fatos apurados no inquérito civil é fato de pleno conhecimento, de molde que o que importa para o deslinde da causa é verificar se a requerida contribuiu para tal violência, desviando-se, assim, de suas finalidades estatutárias”. Daí o pedido de dissolução judicial da referida associação, formulado pelo MP, com base, entre outros fundamentos, no art. 670, do CPC, de 1939, ainda em vigor, por força do art. 1.218, do atual diploma processual.

Interessante notar que houve, nos presentes autos, a interposição de agravo de

8. Cf. Mauro Rodrigues Penteadó, ob. cit., pp. 96 e 97.

9. Cf. Mauro Rodrigues Penteadó, ob. cit., p. 96.

10. Cf. Mauro Rodrigues Penteadó, ob. cit., p. 99.

instrumento, visando discutir a legitimidade ativa do MP, tendo prevalecido o entendimento segundo o qual "(...) o exercício da ação civil pública é subordinado à existência de previsão legal, tanto no próprio CPC como em outros diplomas ou leis extravagantes, e entre as hipóteses elencadas à guisa de exemplos está o da ação de dissolução de sociedades civis por atividades ilícitas, imorais ou nocivas ao bem público (CPC de 1939, art. 670, mas ainda em vigor *ex vi* do art. 1.218, VII, do atual)".

Como a dicção do art. 670 do antigo CPC é clara, indicando a hipótese de dissolução de *sociedade civil* por iniciativa do MP, resta saber se a mesma legitimidade subsiste em relação às sociedades mercantis.

No tocante às sociedades anônimas, vale ressaltar que no Decreto-lei 2.627, de 1940, havia dispositivo prevendo a hipótese de dissolução de sociedade em virtude de objeto ou atividade ilícita, por iniciativa do MP. Com efeito, o art. 167 daquele diploma legal dispunha que "será judicialmente dissolvida, a requerimento do órgão do Ministério Público, a sociedade anônima ou companhia, ou a sociedade em comandita, por ações, que tiver objeto ou fim ilícito, ou desenvolver atividade ilícita ou proibida por lei".

Referido dispositivo, contudo, não foi reproduzido na Lei 6.404, de 1976. No tocante à companhia com objeto ilícito, ressalte-se que é hipótese difícil de se verificar, posto que a mesma não conseguirá nem registrar seus atos no Registro de Comércio. A única hipótese de companhia com objeto ilícito que se pode verificar na prática é aquela em que o objeto da empresa, após a constituição da mesma, veio a tornar-se ilícito. O mesmo não ocorre com a companhia com atividade ilícita, visto que, muito embora uma companhia possa ter objeto lícito, pode a mesma estar desenvolvendo atividades ilícitas, incompatíveis, inclusive, com seu objeto social.

De qualquer forma, resta saber como é que fica, com relação às sociedades mercantis de um modo geral, a hipótese de dissolução por iniciativa do MP, em virtude do desenvolvimento de atividades ilícitas, nocivas ao bem comum.

Acreditamos que o MP tem legitimidade para pleitear a dissolução judicial de uma sociedade mercantil que esteja desenvolvendo atividades ilícitas, contrárias à ordem pública, pois, se assim estiverem procedendo, estarão violando direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos e indisponíveis.

Conforme salientado nas considerações preliminares deste trabalho, o art. 25, inc. IV, alínea *a*, da Lei 8.625, de 1993, estabelece, entre as funções do MP, a de "promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei, para proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos".

Mesmo que não se tenha um interesse difuso, coletivo ou individual indisponível e homogêneo em jogo, ainda assim subsiste a legitimidade atividade do MP para pleitear a dissolução de sociedade mercantil que esteja desenvolvendo atividade ilícita ou contrária à ordem pública. Isto porque, em primeiro lugar, o disposto no art. 21, inc. III, do CC, destina-se às pessoas jurídicas de um modo geral; portanto, referido dispositivo legal abrange as associações civis, as sociedades civis e as sociedades mercantis.

Em segundo lugar, porque "a interpretação conjugada do art. 21, inc. III, do Código Civil, do art. 35, inc. I, da Lei 8.934/94 e do art. 206, inc. III, da Lei 6.404 autoriza o pedido judicial de dissolução de sociedades mercantis, no caso de exercício de atividade contrária à ordem pública e aos bons costumes, mediante ação (inclu-

sive ação civil pública, nos termos do art. 1ª, inc. IV, da Lei 7.347, de 1985) que inclua no seu objeto o cancelamento do arquivamento dos atos societários, no Registro do Comércio (ou, como diz a Lei 8.934/94, Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins)".¹¹

Também pode ser invocado o § 5º do art. 173, da CF, que estabelece que "a lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-se às punições compatíveis com sua natureza nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular". Dentre as punições aplicáveis à pessoa jurídica está a sua dissolução, motivo pelo qual referido dispositivo constitucional também pode ser invocado na dissolução de sociedade mercantil por desenvolvimento de atividade ilícita.

Na verdade, toda essa base normativa, suscitada para justificar o pedido de dissolução de sociedade por iniciativa do MP, conjuga-se perfeitamente à tese esboçada nos autos do agravo de instrumento, segundo a qual o exercício da ação civil pública estaria subordinado à existência de previsão legal, seja no CPC, seja em outros diplomas legais. Daí porque conclui-se que o MP poderá valer-se da ação civil pública para promover a dissolução de uma sociedade mercantil, por desenvolvimento de atividade ilícita, contrária à ordem pública, sendo que há vários dispositivos legais a ensejar a legitimidade ativa do *Parquet* neste tipo de demanda.

V - Conclusões

Como restou demonstrado, o MP, em se tratando de sociedades mercantis, tem legitimidade para propor ação de dissolução de sociedade, mormente quando se tra-

ta de desenvolvimento de atividade ilícita, imoral, contrária à ordem pública e aos bons costumes.

Essa foi exatamente a hipótese verificada nos autos do acórdão em análise, posto que restou demonstrado que a associação civil em questão estava desenvolvendo atividade ilícita, contrária a ordem pública, em desacordo com suas finalidades estatutárias, motivo pelo qual consideramos correta a iniciativa do MP, em perfeita harmonia, inclusive, com suas funções institucionais.

Assim sendo, parece-nos que a dissolução ensejada pelo desenvolvimento de atividade ilícita, contrária à ordem pública, não apresenta grandes dificuldades, posto que a aplicação da penalidade de dissolução a uma sociedade que esteja praticando atividade ilícita é medida razoável, para não dizer necessária.

Todavia, merece certa atenção o fato de que, de acordo com os dispositivos legais citados, em especial o art. 25, inc. III, alínea *a*, da Lei 8.625, de 1993, o MP tem legitimidade para propor ação civil pública em caso de proteção aos consumidores, meio ambiente, bens e direitos de valor artístico, histórico, estético, turístico e paisagístico, aos direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos, sendo que nada obsta que referida ação tenha por objeto a dissolução de uma sociedade mercantil.

Cumprе ressaltar, antes de mais nada, que muitas vezes uma empresa pode estar desrespeitando referidos valores sem, contudo, estar desenvolvendo atividade ilícita, contrária à ordem pública. Nesta hipótese, até que ponto é necessário, ou razoável, requerer a dissolução da sociedade em questão?

É certo que os direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos devem ser resguardados, cabendo ao MP zelar pela proteção dos mesmos. Contudo, é preciso que essa proteção seja per-

11. Cf. Mauro Rodrigues Penteadó, ob. cit., pp. 100 e 101.

meada por mecanismos racionais, pois o ato de fazer justiça passa necessariamente pela avaliação de todas as faces do problema, seja ele qual for, pouco importando as partes contrapostas.

Essas ponderações harmonizam-se à moderna tendência da jurisprudência pátria, segundo a qual vem-se decretando a dissolução parcial das sociedades, ainda que o sócio tenha requerido sua dissolução total, tendo em vista a aplicação dos princípios da conservação da empresa e da função social que a mesma cumpre exercer, princípios estes responsáveis pela construção doutrinária atinente à permanência da empresa.¹² Ou seja, antes de dissolver uma sociedade, é preciso canalizar esforços no sentido de viabilizar a sua permanência.

Com efeito, o princípio da função social da empresa, entre nós, há muito tempo é preconizado pelo prof. Fábio Konder Comparato, que, ao escrever sobre o tema, assevera que: "A Lei de Sociedades por Ações, de 1976, como se sabe, atribuiu às companhias uma função social. Em seu art. 116, parágrafo único, declarou que 'o acionista controlador deve usar o poder com o fim de fazer a companhia realizar o seu objeto e cumprir sua função social, e tem deveres e responsabilidades para com os demais acionistas da empresa, os que nela trabalham e para com a comunidade em que atua, cujos direitos e interesses deve lealmente respeitar e atender'. No art. 177, § 1º, *a*, caracterizou como modalidade de abuso do poder de controle do fato de o controlador 'orientar a companhia para fim (...) lesivo ao interesse nacional, ou levá-la a favorecer outra sociedade, brasileira ou estrangeira, em prejuízo (...) da economia nacional'"¹³

Também o princípio da conservação da empresa encontra-se difundido em nos-

sa doutrina, principalmente no campo do Direito Falimentar. O prof. Rubens Requião, ao escrever sobre o moderno instituto da falência, assevera que "na verdade, os institutos da falência e da concordata se revelaram estreitos para atender os vultosos interesses, privados e públicos, envolvidos nas grandes empresas modernas, que manipulam poderosos valores econômicos e sociais. *O conceito moderno de empresa, como atividade do empresário destinada à produção ou circulação de bens ou serviços, fatalmente acarretaria a tomada de outras posições do Direito Falimentar. Vivemos, assim, em pleno terceiro estágio, no qual a falência passa a se preocupar com a permanência da empresa e não apenas com sua liquidação judicial*".¹⁴

Nunca é demais lembrar que os órgãos da Administração Pública, no desempenho de suas funções que, muitas vezes, passa pela proteção dos consumidores, do meio ambiente etc., devem observar o princípio da razoabilidade. A prof. Maria Sylvia Zanella Di Pietro, ao escrever sobre referido princípio, assevera que "na realidade, o princípio da razoabilidade exige *proporcionalidade* entre os meios de que se utilize a Administração e os fins que ela tem que alcançar. E essa proporcionalidade deve ser medida não pelos critérios pessoais do administrador, mas segundo padrões comuns na sociedade em que vive; e não pode ser medida diante dos termos frios da lei mas diante do caso concreto".¹⁵

De qualquer forma, neste campo, os conceitos são bastante genéricos, daí a especial atenção dispensada à hipótese de requerimento de dissolução de uma sociedade, por iniciativa do MP, com base nas suas amplas funções institucionais.

É certo que os consumidores, o meio ambiente, os interesses difusos, coletivos e

12. Cf. Mauro Rodrigues Penteadó, ob. cit., pp. 97 e 98.

13. In "Função social da propriedade dos bens de produção", artigo publicado na RDM 63/77.

14. In *Curso de Direito Falimentar*, 1ª v., 14ª ed., São Paulo, Saraiva, 1991, p. 11.

15. In *Direito Administrativo*, 9ª ed., São Paulo, Atlas, 1998, pp. 72 e 73.

individuais indisponíveis e homogêneos devem e precisam ser protegidos, sendo que esta tarefa cabe, inclusive, ao MP.

No entanto, é preciso evitar as atitudes extremadas, posto que a dissolução de uma sociedade é medida que somente deverá ser aplicada em último caso, esgotadas todas as tentativas de solucionar as irregularidades eventualmente verificadas na sua atividade. Daí os conceitos de razoabi-

lidade e proporcionalidade.

Assim sendo, o equilíbrio deve ser permanentemente procurado, de tal sorte que a proteção aos consumidores, ao meio ambiente, "aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos" deve ser conjuminada à permanência da empresa.

Por fim, é importante ressaltar que a proteção aos consumidores, ao meio ambiente, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos, não deve ser medida que somente deverá ser aplicada em último caso, esgotadas todas as tentativas de solucionar as irregularidades eventualmente verificadas na sua atividade. Daí os conceitos de razoabi-

lidade e proporcionalidade. Assim sendo, o equilíbrio deve ser permanentemente procurado, de tal sorte que a proteção aos consumidores, ao meio ambiente, "aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos" deve ser conjuminada à permanência da empresa.

Por fim, é importante ressaltar que a proteção aos consumidores, ao meio ambiente, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos, não deve ser medida que somente deverá ser aplicada em último caso, esgotadas todas as tentativas de solucionar as irregularidades eventualmente verificadas na sua atividade. Daí os conceitos de razoabi-

lidade e proporcionalidade. Assim sendo, o equilíbrio deve ser permanentemente procurado, de tal sorte que a proteção aos consumidores, ao meio ambiente, "aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos" deve ser conjuminada à permanência da empresa.

Por fim, é importante ressaltar que a proteção aos consumidores, ao meio ambiente, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos, não deve ser medida que somente deverá ser aplicada em último caso, esgotadas todas as tentativas de solucionar as irregularidades eventualmente verificadas na sua atividade. Daí os conceitos de razoabi-

lidade e proporcionalidade. Assim sendo, o equilíbrio deve ser permanentemente procurado, de tal sorte que a proteção aos consumidores, ao meio ambiente, "aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos" deve ser conjuminada à permanência da empresa.

Por fim, é importante ressaltar que a proteção aos consumidores, ao meio ambiente, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos, não deve ser medida que somente deverá ser aplicada em último caso, esgotadas todas as tentativas de solucionar as irregularidades eventualmente verificadas na sua atividade. Daí os conceitos de razoabi-

lidade e proporcionalidade. Assim sendo, o equilíbrio deve ser permanentemente procurado, de tal sorte que a proteção aos consumidores, ao meio ambiente, "aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos" deve ser conjuminada à permanência da empresa.

Por fim, é importante ressaltar que a proteção aos consumidores, ao meio ambiente, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos, não deve ser medida que somente deverá ser aplicada em último caso, esgotadas todas as tentativas de solucionar as irregularidades eventualmente verificadas na sua atividade. Daí os conceitos de razoabi-

lidade e proporcionalidade. Assim sendo, o equilíbrio deve ser permanentemente procurado, de tal sorte que a proteção aos consumidores, ao meio ambiente, "aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos" deve ser conjuminada à permanência da empresa.

Por fim, é importante ressaltar que a proteção aos consumidores, ao meio ambiente, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos, não deve ser medida que somente deverá ser aplicada em último caso, esgotadas todas as tentativas de solucionar as irregularidades eventualmente verificadas na sua atividade. Daí os conceitos de razoabi-

lidade e proporcionalidade. Assim sendo, o equilíbrio deve ser permanentemente procurado, de tal sorte que a proteção aos consumidores, ao meio ambiente, "aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos" deve ser conjuminada à permanência da empresa.